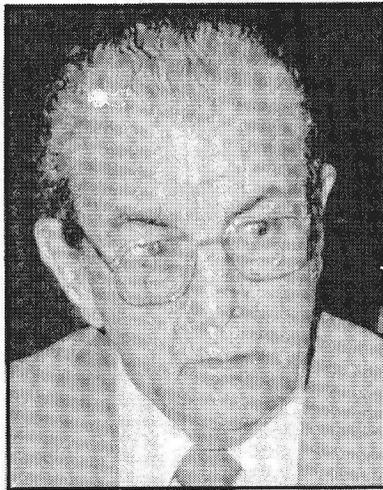


Volta ao passado aborrece Passarinho

BRASÍLIA — As sucessivas citações sobre casos de cassação política e a aplicação do Decreto 477, durante o regime militar, acabaram melindrando o presidente da CPI, Jarbas Passarinho (PPR-PA), que foi ministro da Educação do Governo Médici. Ao lembrar que foi cassado depois de 1964, o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) abriu brechas para manifestações dos deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Sérgio Miranda (PCdoB-MG), que se queixaram do cerceamento político promovido pelos militares.

Durante as intervenções dos parlamentares, Passarinho ouviu calado. Mas a certa altura sentiu uma aceleração dos batimentos cardíacos. O senador foi parar no serviço médico instalado ao lado da sala de reuniões. Discreto, não deixou que seu mal-estar transparecesse para o plenário. Só no final da inquirição pediu a palavra para fazer um desabafo.

— Não deveria emocionar-me, mas vou fazê-lo. Desde o início fala-se em cassação e na aplicação do 477. Pensei que anistia significasse esquecimento, mas não é isso que vi aqui hoje —



reclamou Passarinho.

Ele deu explicações sobre sua atuação como ministro da Educação no Governo Médici e sobre a coordenação do processo de anistia no Governo Figueiredo. Lembrou que o projeto do governo aprovado era melhor do que o do MDB, que não permitiria, segundo o senador, o retorno de Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes. Disse ter pedido a Médici a revogação do Decreto 477, mas isso foi negado pelo Conselho de Segurança Nacional. Por fim, afirmou que não se arrependia de ter participado do

“Pensei que anistia fosse esquecimento, mas não é isso que vejo aqui”

Jarbas Passarinho

processo revolucionário.

— Não me sinto toldado por manter as posições que mantive — disse.

Sem se referir diretamente a Cid Carvalho ou Vivaldo Barbosa, Jarbas Passarinho afirmou que as cassações promovidas pelos militares não resultavam apenas de atitudes subversivas.

— As cassações foram feitas por corrupção e subversão. Nem sempre eu ouço dizer: fui cassado, mas essa pessoa merece o meu respeito — defendeu-se Passarinho, diante de um plenário silencioso.